



# Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

## CERTIDÃO

Carlos Fernando Rodrigues Parada, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Alfândega da Fé; -----  
**CERTIFICA**, para os devidos efeitos, que esta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 14 de junho de 2016, deliberou, por **maioria**, dos presentes, com dois votos a favor e duas abstenções dos Senhores Vereadores Artur Aragão e Carlos Bebiano, aprovar os documentos de prestação de contas consolidados e enviá-los à próxima sessão da Assembleia Municipal para apreciação. -----

Estiveram presentes na reunião, os seguintes membros do executivo: Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, e os Senhores Vereadores António Salgueiro, Artur Aragão e Carlos Bebiano. -----

Por ser verdade, para constar e ter sido solicitada, passo a presente certidão, que assino e autentico com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal. -----

Paços do Município de Alfândega da Fé, 23 de junho de 2016. -----

O Coordenador Técnico,

Carlos Fernando Rodrigues Parada



nmorais / carlosp

# CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2015



*Berta Nunes*  
Dr<sup>a</sup> Berta Nunes, 06-06-2016

à reunião de câmara e  
assembleia municipal

(Nos termos do n.º2 do artigo 76.º da Lei nº73/2013, de 3/9, os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.)

**RCM de 14-06-2016**

**Deliberado, por maioria, dos presentes, com dois votos a favor e duas abstenções dos senhores vereadores Artur Aragão e Carlos Bebiano, aprovar os documentos de prestação de contas consolidados e enviá-los à próxima sessão da Assembleia Municipal para apreciação.**

**Estiveram presentes na reunião o Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, e os Senhores Vereadores António Salgueiro, Artur Aragão e Carlos Bebiano**

Município de Alfândega da Fé

Junho de 2016



# Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA (DAF)

Relatório e Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados 2015

## INDICE:

Introdução

1 – Apresentação

2 - Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

3 – Balanço Consolidado

4 – Demonstração dos Resultados Consolidados

5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

6 – Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração dos Resultados Consolidados

7 - Anexos

## Introdução:

O Município de Alfândega da Fé tem neste momento uma empresa municipal, Alfandegatur, tendo já extinguido e internalizado a outra empresa municipal, a EDEAF.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A redução de transferências do orçamento de estado a que os 308 municípios foram sujeitos, num total de 350 milhões de Euros, colocou os municípios em situação de stress financeiro, designadamente aqueles que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade financeira.

A redução acumulada das transferências do OE desde 2010 até ao final de 2015, ascende, no caso do município de Alfândega da Fé, a € 3.333.258,98.

ANO	Transferências do Estado - Fundos Municipais	Transferências do Estado - outras (FSM)	TOTAL DAS TRANSFERENCIAS OE	Redução (€) a)
2015	5.219.101,00 €	107.515,00 €	5 444.115, 00 €	-581.469,00 €
2014	4.992.748,00 €	73.720,00 €	5.066.468,00 €	-959.116,00 €
2013	5.138.285,00 €	73.720,00 €	5.212.005,00 €	-813.579,00 €
2012	5.145.721,00 €	73.709,00 €	5.219.435,14 €	-806.148,86 €
2011	5.424.471,00 €	77.702,00 €	5.502.178,05 €	-523.405,95 €
2010 PEC 3	5.712.740,00 €	81.831,00 €	5.794.574,83 €	-231.009,17 €
2010 OE inicial	5.940.491,00 €	85.093,00 €	6.025.584,00 €	

a) Redução calculada tendo em conta o valor 2010 atribuído no OE inicial

Na data da elaboração do presente relatório o Município já obteve do visto tácito do Tribunal de Contas (em 21 de março de 2016) – Programa de ajustamento municipal (PAM) que inclui um Plano de Reestruturação de Dívida (PRD) com recurso à Assistência Financeira, nos termos do definido no artigo 26.º da Lei n.º 53/2014, de 25/08.

O Município assinou, em dezembro de 2015, com efeitos a 1 de fevereiro, um contrato de concessão com promessa de compra da totalidade da participação social do Município de Alfândega da Fé na ALFANDEGATUR, no final de 2016.

O referido acordo representa um compromisso firme que sustenta as expectativas apresentadas pelo Município durante processo de negociação do PAM, sobre a possibilidade de alienação da ALFANDEGATUR, terminando com as dúvidas que subsistiam quanto à possibilidade de concretização efetiva de um negócio desta natureza, sempre defendido pelo Município.

Dado que o Município de Alfândega da Fé não recebeu qualquer proposta que cumprisse integralmente os termos do procedimento do concurso foi considerada a proposta apresentada pela sociedade PITER – Sociedade Comercial de Portugal de Identidade Territorial, SA., para a celebração de um contrato de locação do estabelecimento Hotel & SPA, por um período inicial de 11 meses, podendo ser prorrogado por mais um ano, e findo esse período adquirir a participação social detida pelo Município de Alfândega da Fé na ALFANDEGATUR – Empresa Municipal de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, EM.

Durante o ano de 2016 a sociedade PITER SA, já está a realizar diversos investimentos necessários à melhoria da qualidade e conforto do Hotel & SPA.

O contrato teve início a 1 de fevereiro de 2016 e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

O objectivo do município e da sociedade PITER SA, é dar um impulso forte para tornar o HOTEL sustentável e passar a ter lucros a breve prazo.

## 1 – Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no artigo n.º 75.º da NLFL, pela Câmara Municipal e de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 76.º submetidas a apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho a que respeitam.

O perímetro de consolidação do Município de Alfândega da Fé engloba a empresa municipal ALFANDEGATUR - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, detida a 100%.

## 2 - Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

### ALFANDEGATUR - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé:

A ALFANDEGATUR - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, é uma empresa coletiva de direito público, com natureza empresarial, com personalidade jurídica e dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, a qual fica sujeita à tutela económica e financeira da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

Foi constituída em 1991 com a natureza jurídica de Empresa Municipal, com o Capital Social de 819.940,00 euros, com participação de 100% pelo Município de Alfândega da Fé.

Com o objeto de Promover o desenvolvimento turístico do concelho de Alfândega da Fé – Turismo no Espaço Rural – Hotéis com restaurante.

Denominação	Sede	Atividade Principal	Participação	Obs.
			%	
Município de Alfândega da Fé	Alfândega da Fé	Atividades Direcionadas ao Múncipe		a)
ALFANDEGATUR - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé	Alfândega da Fé	Promoção e desenvolvimento turístico do concelho de Alfândega da Fé – Turismo no Espaço Rural – Hotéis com restaurante.	100	

a) Entidade - mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.1 do art.46º da LFL.

## 3 – Balanço Consolidado

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2015, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

## Ativo:

Código das contas POCAL		Município			ALFANDEGATUR			Valor Agregado	Reclassificação	Ajustamento ou Eliminação	Valor Global do Município Ativo Líquido 2015	2014
		Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido				
	<b>ACTIVO</b>											
	<b>Imobilizado</b>	<b>20 861 973,97</b>	<b>3 980 165,42</b>	<b>16 882 078,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16 882 078,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16 882 078,55</b>	<b>16 726 979,39</b>
	Bens de domínio publico							0,00			0,00	0,00
451	Terrenos e recursos naturais							0,00			0,00	0,00
452	Edifícios							0,00			0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	4 716 802,76	2 001 521,37	2 715 551,39				2 715 551,39			2 715 551,39	2 570 251,61
455	cultural	668 767,78	7 722,29	661 045,49				661 045,49			661 045,49	159 354,70
459	Outros bens de domínio publico	15 476 403,43	1 970 921,76	13 505 481,67				13 505 481,67			13 505 481,67	13 997 373,08
445	Imobilizações em curso							0,00			0,00	0,00
446	publico							0,00			0,00	0,00
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>	<b>197 480,94</b>	<b>152 197,12</b>	<b>45 283,82</b>	<b>105 683,74</b>	<b>105 683,71</b>	<b>0,03</b>	<b>45 283,85</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>45 283,85</b>	<b>45 116,95</b>
431	Despesas instalação							0,00			0,00	0,00
432	desenvolvimento	26 927,78		26 927,78	1 246,99	1 246,99	0,00	26 927,78			26 927,78	19 397,10
433	Propriedade industrial e outros direitos	170 553,16	152 197,12	18 356,04				18 356,04			18 356,04	22 281,64
443	Imobilizações em curso							0,00			0,00	0,00
	Outras Inob. Incorporeas				104 436,75	104 436,72	0,03	0,03			0,03	3 438,21
449	Adiantamento por conta de imobilizações incorporeas							0,00			0,00	0,00
	<b>Imobilizações corpóreas</b>	<b>20 039 182,59</b>	<b>3 981 610,84</b>	<b>16 057 571,75</b>	<b>4 947 278,65</b>	<b>2 572 470,89</b>	<b>2 374 807,76</b>	<b>18 432 379,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18 432 379,51</b>	<b>19 580 049,79</b>
421	Terrenos e recursos naturais	1 420 395,27		1 420 395,27	79 443,34		79 443,34	1 499 838,61			1 499 838,61	1 499 838,61
422	Edifícios e outras construções	15 554 818,99	1 865 458,28	13 689 360,71	3 883 142,09	1 806 226,91	2 076 915,18	15 766 275,89			15 766 275,89	14 995 596,34
423	Equipamento básico	1 017 985,48	731 132,81	286 852,67	731 180,72	581 999,48	149 181,24	436 033,91			436 033,91	457 310,88
424	Equipamentos de transporte	865 287,50	643 653,57	221 633,93	27 725,48	25 312,04	2 413,44	224 047,37			224 047,37	166 817,34
425	Ferramentas e utensílios	151 581,61	106 852,72	44 728,89			0,00	44 728,89			44 728,89	48 207,46
426	Equipamento administrativo	440 433,41	434 819,74	5 613,67	27 197,51	25 829,14	1 368,37	6 982,04			6 982,04	5 677,27
427	Taras e vasilhame	46 116,89	46 107,44	9,45			0,00	9,45			9,45	332,38
429	Outras imobilizações corpóreas	542 563,44	153 586,28	388 977,16	198 589,51	133 103,32	65 486,19	454 463,35			454 463,35	117 049,07
442	Imobilizações em curso corpóreas							0,00			0,00	2 289 220,44
448								0,00			0,00	0,00
	<b>Investimentos financeiros</b>	<b>7 051 230,64</b>	<b>433 110,92</b>	<b>6 618 119,72</b>	<b>500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>500,00</b>	<b>6 618 119,72</b>	<b>0,00</b>	<b>819 940,00</b>	<b>5 798 679,72</b>	<b>5 446 713,79</b>
411	Partes de capital	928 779,00		928 779,00				928 779,00		819 940,00	108 839,00	107 029,00
4111	Partes de capital em empresas do grupo							0,00			0,00	0,00
4112	Partes de capital em empresas associadas							0,00			0,00	0,00
4113	Partes de capital em outras empresas							0,00			0,00	0,00
412	Obrigações e títulos participação	410 684,10		410 684,10				410 684,10			410 684,10	0,00
414	Investimentos em imóveis	5 711 767,54	433 110,92	5 278 656,62	500,00	0,00	500,00	5 278 656,62			5 278 656,62	5 339 184,79
415	Outras aplicações financeiras							0,00			0,00	500,00
441	Imobilizações em curso financeiros							0,00			0,00	0,00
447	financeiros							0,00			0,00	0,00
	<b>Circulante</b>											
	<b>Existências</b>	<b>104 944,20</b>	<b>0,00</b>	<b>104 944,20</b>	<b>8 192,63</b>	<b>0,00</b>	<b>8 192,63</b>	<b>113 136,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>113 136,83</b>	<b>37 484,54</b>
36 e 386	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	103 909,77		103 909,77	8 192,63		8 192,63	112 102,40			112 102,40	37 200,57
35	Produtos e trabalhos em curso							0,00			0,00	0,00
38 e 384	refugos							0,00			0,00	0,00
33 e 383	Produtos acabados e intermédios							0,00			0,00	0,00
32 e 382	Mercadorias	1 034,43		1 034,43				1 034,43			1 034,43	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras							0,00			0,00	283,97
								0,00			0,00	0,00
								0,00			0,00	0,00
								0,00			0,00	0,00
	<b>Dívidas de terceiros - curto prazo</b>	<b>2 364 203,83</b>	<b>24 530,96</b>	<b>2 339 672,87</b>	<b>130 496,26</b>	<b>0,00</b>	<b>130 496,26</b>	<b>2 470 169,13</b>	<b>0,00</b>	<b>995,33</b>	<b>2 469 173,80</b>	<b>2 781 138,48</b>
2811	Empréstimos concedidos							0,00			0,00	0,00
211	Clientes, c/c	43 130,40		43 130,40	84 176,39		84 176,39	127 306,79		995,33	126 311,46	199 744,86
212	Contribuintes, c/c e taxas	1 722 247,82		1 722 247,82				1 722 247,82			1 722 247,82	1 489 904,20
213	Utentes c/c	22 954,06		22 954,06				22 954,06			22 954,06	23 457,06
217	clientes e utentes com cauições							0,00			0,00	0,00
218	cob. duvidosa	88 417,09	24 530,96	63 886,13				63 886,13			63 886,13	72 376,56
251	Devedores pela execução do orçamento							0,00			0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores							0,00			0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado							0,00			0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	21 343,12		21 343,12	42 853,36		42 853,36	64 196,48			64 196,48	134 213,44
264	Administração autárquica							0,00			0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	466 111,34		466 111,34	3 466,51		3 466,51	469 577,85			469 577,85	861 442,36
								0,00			0,00	0,00
	<b>Títulos negociáveis</b>											
151	Acções							0,00			0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação							0,00			0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública							0,00			0,00	0,00
159	Outros títulos							0,00			0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria							0,00			0,00	0,00
	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>	<b>298 641,47</b>	<b>0,00</b>	<b>298 641,47</b>	<b>21 070,98</b>	<b>0,00</b>	<b>21 070,98</b>	<b>319 712,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>319 712,45</b>	<b>397 815,42</b>
12	Depósitos em instituições financeiras e caixa	297 916,12		297 916,12	18 676,50		18 676,50	316 592,62			316 592,62	392 804,10
11	Caixa	725,35		725,35	2 394,48		2 394,48	3 119,83			3 119,83	5 011,32
13	Depósitos a prazo							0,00			0,00	0,00
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>73 993,41</b>	<b>0,00</b>	<b>73 993,41</b>	<b>653,90</b>	<b>0,00</b>	<b>653,90</b>	<b>74 647,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>74 647,31</b>	<b>80 252,88</b>
271	Acréscimos de proventos	62 394,61		62 394,61				62 394,61			62 394,61	71 385,15
272	Custos diferidos	11 598,80		11 598,80	653,90		653,90	12 252,70			12 252,70	8 867,73
	Activos por imp. Diferidos							0,00			0,00	0,00
	<b>Total de amortizações</b>		<b>8 547 084,30</b>									
	<b>Total de provisões</b>		<b>24 530,96</b>									
	<b>Total do activo</b>	<b>50 991 651,05</b>	<b>8 571 615,26</b>	<b>42 420 305,79</b>	<b>5 213 876,16</b>	<b>2 678 154,60</b>	<b>2 535 721,56</b>	<b>44 956 027,35</b>	<b>0,00</b>	<b>820 935,33</b>	<b>44 135 092,02</b>	<b>45 095 551,24</b>



## Passivo e Capital Próprio:

	Fundos Próprios e Passivo	Município de Alfândega da Fé	ALFANDEGATUR	valor agregado	Reclassificação	Ajustamento/eliminação	Valor global do município 2015	2014
	<b>Fundos Próprios</b>							
51	Patrimônio	15 617 857,71	819 940,00	16 437 797,71		819 940,00	15 617 857,71	15 059 143,36
55	Ajustamento partes capital em empresas			0,00			0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação		507 371,72	507 371,72			507 371,72	531 743,71
	Reservas			0,00			0,00	0,00
571	Reservas legais	785 885,41		785 885,41			785 885,41	785 885,41
572	Reservas estatutárias			0,00			0,00	0,00
573	Reservas contratuais			0,00			0,00	0,00
574	Reservas livres			0,00			0,00	0,00
575	Subsídios			0,00			0,00	0,00
576	Doações	327 581,91		327 581,91			327 581,91	327 581,91
577	Reservas decorrentes de transferência de activos			0,00			0,00	0,00
578	Reservas decorrentes de cedência apropriação de activos			0,00			0,00	0,00
59	Resultados transitados	-3 667 795,25	-378 020,56	-4 045 815,81		-636 297,64	-4 045 833,81	-159 215,85
88	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>372 442,78</b>	<b>-245 342,42</b>	<b>127 100,36</b>		<b>-248 741,68</b>	<b>375 842,04</b>	<b>-872 375,72</b>
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>13 435 972,56</b>	<b>703 948,74</b>	<b>14 139 921,30</b>	<b>0,00</b>	<b>-65 099,32</b>	<b>14 205 020,62</b>	<b>15 668 407,82</b>
	Diferenças de consolidação			0,00		1053,28	-1 053,28	-1 582,88
	<b>Passivo</b>			0,00			0,00	0,00
292	Provisões para riscos e encargos	286 734,78	1 978,44	288 713,22			288 713,22	286 734,78
293/8	Outras provisões			0,00			0,00	1 978,44
				0,00			0,00	0,00
	<b>Dívidas a terceiros- médio longo prazo</b>	<b>19 547 032,60</b>	<b>1 383 041,10</b>	<b>20 930 073,70</b>		<b>0,00</b>	<b>20 930 073,70</b>	<b>21 443 992,57</b>
2312	Empréstimos de médio e longo prazo		669 437,93	669 437,93			669 437,93	20 730 389,40
	Empréstimos de médio e longo prazo - componente a MLP	17 686 628,54		17 686 628,54			17 686 628,54	
	Empréstimos de médio e longo prazo- componente a pagar a curto prazo	1 508 387,96		1 508 387,96			1 508 387,96	
231	Dívidas a instituições de crédito			0,00			0,00	0,00
239	Outros empréstimo obtidos (turismo)		713 603,17	713 603,17			713 603,17	713 603,17
24	Estado e outros entes públicos			0,00			0,00	0,00
262+263+264	Outros credores			0,00			0,00	0,00
268126	Contributo para o FAM	352 016,10		352 016,10			352 016,10	
				0,00			0,00	0,00
	<b>Dívidas a terceiros-curto prazo</b>	<b>507 347,55</b>	<b>380 939,72</b>	<b>888 287,27</b>		<b>0,00</b>	<b>888 287,27</b>	<b>977 704,80</b>
2311	Empréstimos de curto prazo		203 966,88	203 966,88			203 966,88	88 000,00
231	Dívidas a instituições de crédito			0,00			0,00	0,00
269	Adiantamento por conta de vendas		617,38	617,38			617,38	617,38
221	Fornecedores, c/c	258 715,34	143 400,46	402 115,80			402 115,80	639 489,22
228	Fornecedores, facturas recepção e conferência	65 907,48		65 907,48			65 907,48	2 472,98
251	Outros accionistas			0,00			0,00	0,00
252	Credores pela execução do orçamento			0,00			0,00	0,00
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes			0,00			0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c			0,00			0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	39 909,40	11 390,01	51 299,41			51 299,41	46 386,87
26	Outros credores		21 564,99	21 564,99			21 564,99	26 216,44
264	Administração autárquica			0,00			0,00	0,00
262+263+267	Outros credores	142 815,33		142 815,33			142 815,33	174 521,91
				0,00			0,00	0,00
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>8 643 218,30</b>	<b>65 813,56</b>	<b>8 709 031,86</b>		<b>884 981,37</b>	<b>7 824 050,49</b>	<b>6 718 315,71</b>
273	Acréscimos de custos	1 103 357,28		1 103 357,28		884 981,37	218 375,91	187 021,85
274	Proveitos diferidos	7 539 861,02		7 539 861,02			7 539 861,02	6 461 937,04
276	Impostos diferidos		65 813,56	65 813,56			65 813,56	69 356,82
				0,00			0,00	0,00
	<b>Total do passivo</b>	<b>28 984 333,23</b>	<b>1 831 772,82</b>	<b>30 816 106,05</b>	<b>0,00</b>	<b>886 034,65</b>	<b>29 930 071,40</b>	<b>29 427 143,42</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>42 420 305,79</b>	<b>2 535 721,56</b>	<b>44 956 027,35</b>	<b>0,00</b>	<b>820 935,33</b>	<b>44 135 092,02</b>	<b>45 095 551,24</b>

O balanço consolidado evidencia um ativo líquido total de €44.135.092,02, constituído maioritariamente por ativos imobilizados. De acordo com o valor do ativo inscrito no balanço individual do Município Câmara, enquanto entidade consolidante de Alfândega da Fé consegue-se verificar o peso da Câmara, enquanto entidade consolidante.

#### 4 – Demonstração dos Resultados Consolidados

A Demonstração de Resultados consolidada reflete os proventos e os custos ocorridos ao longo do ano de 2015 no Grupo de consolidação (Município e empresas municipais).

	Valor do Município de Alfândega da Fé	Valor da Empresa -ALFANDEGATUR	Valor Agregado - simples	Reclassificação	Ajustamento ou Eliminação	Valor Global do Município de Alfândega da Fé 2015	2014
<b>Custos e perdas</b>							
61	Custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas	128 650,79	136 158,65	264 809,44		264 809,44	324825,18
62	Fornecimento e serviços externos	2 051 771,31	219 460,00	2 271 231,31	10 946,56	2 260 284,75	2003826,9
Custos com o pessoal							
641+642	Renumerações	2 127 945,98	341 984,29	2 469 930,27		2 469 930,27	2527260,74
645	Outros encargos			0,00		0,00	12897,22
643 a 648	Encargos sociais	582 476,21		582 476,21		582 476,21	686478,85
63	Transferências subsídios correntes concedidos e prestações sociais	652 926,01		652 926,01		652 926,01	766759,74
66	Amortizações do exercício	1 284 200,08	158 151,20	1 442 351,28		1 442 351,28	1073139,06
662+663	amortizações do imob. Corp.e incorporeo			0,00		0,00	0
666+667	Ajustamentos						
67	Provisões do exercício	24 530,96		24 530,96		24 530,96	286734,78
63	Impostos		14 400,83	14 400,83		14 400,83	14426,12
65	outros custos e perdas operacionais	439,00		439,00		439,00	550
<b>(A)</b>		<b>6 852 940,34</b>	<b>870 154,97</b>	<b>7 723 095,31</b>	<b>10 946,56</b>	<b>7 712 148,75</b>	<b>7696898,59</b>
68	Juros emprestimos bancários	792 609,43	44 945,98	837 555,41		837 555,41	1 535 121,55
682	Perdas em empresas do grupo e associados						
683+684	Amortizações ajustamentos aplicações e investimentos financeiros						
<b>(C)</b>		<b>7 645 549,77</b>	<b>915 100,95</b>	<b>8 560 650,72</b>	<b>10 946,56</b>	<b>8 549 704,16</b>	<b>9232020,14</b>
69	Custos e perdas extraordinários	546 425,07		546 425,07	248 885,68	297 539,39	459995,85
<b>(E)</b>		<b>8 191 974,84</b>	<b>915 100,95</b>	<b>9 107 075,79</b>	<b>259 832,24</b>	<b>8 847 243,55</b>	<b>9692015,99</b>
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		3 543,26			0,00	0
<b>(G)</b>		<b>8 191 974,84</b>	<b>911 557,69</b>	<b>9 103 532,53</b>	<b>259 832,24</b>	<b>8 843 700,29</b>	<b>9688472,73</b>
88	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>372 442,78</b>	<b>-245 342,42</b>	<b>127 100,36</b>	<b>-248 741,68</b>	<b>375 842,04</b>	<b>-872375,72</b>
		8 564 417,62	666 215,27	9 230 632,89		9 219 542,33	8816097,01
<b>Proventos e Ganhos</b>							
vendas e prestações de serviços							
7111	Vendas de mercadorias	6 574,76		6 574,76		6 574,76	92705,76
7112-7119	Venda de produtos	154 786,70		154 786,70		154 786,70	143545,8
712+713+718	Prestações de serviços	213 382,83	655 319,60	868 702,43	11 090,56	857 611,87	828330,74
72	Impostos e taxas	1 189 976,97		1 189 976,97		1 189 976,97	976877,15
<b>(a)</b> Variação da produção							
75	Trabalhos para a própria entidade	188 832,42		188 832,42		188 832,42	111328,34
73	Proventos suplementares	216,50		216,50		216,50	757,08
77	Reversões de amortizações e ajustamentos			0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	5 999 236,70	5 304,13	6 004 540,83		6 004 540,83	6165082,34
76	Outros proventos e ganhos operacionais		5 591,54	5 591,54		5 591,54	0
<b>(B)</b>		<b>7 753 006,88</b>	<b>666 215,27</b>	<b>8 419 222,15</b>	<b>11 090,56</b>	<b>8 408 131,59</b>	<b>8318627,21</b>
782	Ganhos em empresas do grupo e associados						
782	Realtivos a empresas do grupo						
78	Proventos e ganhos financeiros	123 504,71		123 504,71		123 504,71	380558,42
<b>(D)</b>		<b>7 876 511,59</b>	<b>666 215,27</b>	<b>8 542 726,86</b>	<b>11 090,56</b>	<b>8 531 636,30</b>	<b>8699185,63</b>
79	Proventos e ganhos extraordinários	687 906,03		687 906,03		687 906,03	116911,38
<b>(F)</b>		<b>8 564 417,62</b>	<b>666 215,27</b>	<b>9 230 632,89</b>	<b>11 090,56</b>	<b>9 219 542,33</b>	<b>8816097,01</b>

No ano de 2015 o Grupo Câmara Municipal de Alfândega da Fé apresentou custos na ordem dos 8.843.700,29 euros e proventos na ordem dos 9.219.542,33 euros. Com um resultado líquido positivo no valor de 375.842,04 euros

#### 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

Na consolidação do Fluxos de Caixa, foi utilizado o método da simples agregação:



## Resumo dos Fluxos de Caixa 2015

Recebimentos						
	Município	ALFANDEGATUR	Simplex Agregação 2015	2014	2013	
Saldo do exercício anterior	368 561,18	29 254,24	397 815,42	557 454,85	269 552,77	
Receitas	20 750 801,20	844 165,44	21 594 966,64	9 665 343,83	26 751 533,12	
Operações de tesouraria	596 804,48	134 503,06	731 307,54	837 491,08	2 265 107,05	
<b>Total...</b>	<b>21 716 166,86</b>	<b>1 007 922,74</b>	<b>22 724 089,60</b>	<b>11 060 289,76</b>	<b>29 286 192,94</b>	
Pagamentos						
	Município	ALFANDEGATUR	Simplex Agregação 2015	2014	2013	
Despesas	20 855 507,06	858 492,92	21 713 999,98	9 752 893,12	26 903 518,63	
Operações de tesouraria	567 018,33	128 358,84	695 377,17	909 581,22	1 813 979,44	
Saldo para o exercício seguinte	298 641,47	21 070,98	319 712,45	397 815,42	568 694,87	
<b>Total...</b>	<b>21 721 166,86</b>	<b>1 007 922,74</b>	<b>22 729 089,60</b>	<b>11 060 289,76</b>	<b>29 286 192,94</b>	

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2015, aparece refletido no Quadro anterior, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 22.729.089,60 euros – 21.594.966,44 euros provenientes de receitas orçamentais e 731.307,54 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

## 6 – Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração dos Resultados Consolidados

O Município de Alfândega da Fé é uma entidade de interesse público local.

O método adotado na consolidação de contas do Grupo Município de Alfândega da Fé foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

São apresentadas de seguida as Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, das contas consolidadas do exercício de 2015. Todos os valores são apresentados em euros.

### I – Informação relativa às entidades incluídas na consolidação e a outras:

#### 1 – Relativamente às entidades incluídas na consolidação:

Denominação	Sede	Atividade Principal	Participação	Obs.
			%	
Município de Alfândega da Fé	Alfândega da Fé	Atividades		a)
ALFANDEGATUR - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé		Promoção e desenvolvimento turístico do concelho de Alfândega da Fé – Turismo no Espaço Rural – Hotéis com restaurante.	100	

**2-Relativa às entidades excluídas da consolidação:**

Designação da entidade	AMTQT - Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	DESTEQUE - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente	Aguas do Norte	QUALIFICA - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação	Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	Agência de Energia de Trás-os-Montes, AE-TM	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes
NIPC/NIF	501383018	501627413	503022934		508574170	508905435	509620540	510957544
Tipo entidade	Não Societária	Não Societária	Não Societária	Societária	Não Societária	Não Societária	Não Societária	Não Societária
Forma jurídica	Associação Municípios Fins Específicos (dir.priv)	Outro Não Societária	Outro Não Societária	Outro Societária	Outro Não Societária	Outro Não Societária	Outro Não Societária	Associação de Municípios de Fins Múltiplos
Setor empresarial que integra	Outro	Outro	Outro	Sector empresarial do estado	Outro	Outro	Outro	Outro
Contatos da sede	Rua Fundação Calouste Gubenkian - Ed. GAT	Av. Mamoco e Sousa, N.º 52	Rua Dr. Jorge Pires, N.º 5 – 1.º andar	Av.º Osnobruk, N.º 29 Vila Real	Espaço Fundação Robinson, R. Guilherme G. Fernandes, n.º 28	Castelo de Santiago da Barra	Avenida dos Aliados, N.º 9	Rua Visconde da Bouça, Apartado 238
	5370-340 MIRANDELA	3004-511 COIMBRA	5370-430 Mirandela	5000-427 VILA REAL	7300-186 Portalegre	4900-360 Viana do Castelo	5400-038 CHAVES	5300-318 Bragança
	278201430	239404434	278201470	259309370		258820270	276301000	273327680
	278201445	239701760	278262389	259309371		258829798	276 333 630	273331938
	geral.amtq@amtq.pt	anmp@anmp.pt	geral@desteque.pt	Geral.adnorte@adp.pt	qualifica@cm-portalegre.pt	turismo@portoente.pt	aetm@amat.pt	geral@cim-ttm.pt
Regime Contabilístico	POCAL – Regime completo	SNC	SNC	SNC	SNC	POCAL – Regime completo	SNC	POCAL – Regime completo

**3 - Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das entidades incluídas na consolidação**

Durante o exercício de 2015, o número médio de colaboradores ao serviço do Grupo Município de Alfândega da Fé, representa-se no quadro seguinte:

Entidade	Nº de colaboradores em 31/12/2015	Nº de Colaboradores em 31/12/2014
Município de Alfândega da Fé	153	136
ALFANDEGATUR - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfandega da Fé	21	26
<b>TOTAL</b>	<b>174</b>	<b>162</b>

\* Inclui os 3 membros do executivo

Em Agosto de 2013 efetuou-se a integração do pessoal da empresa municipal EDEAF pelo facto de terem sido celebrados 12 acordos de cedência de interesse público envolvendo 12 trabalhadores da EDEAF. Esse facto explica o crescimento do número de efetivos em 2013.

Em 2014 teve início o programa de reestruturação que se traduziu na redução evidenciada no quadro.

Durante o ano de 2015 conclui-se o recrutamento excecional de 19 trabalhadores, os quais foram devidamente aprovados e que se discriminam:

- Onze postos de trabalho aprovados por despacho dos Senhores Secretário de Estado da Administração Local, de 09/05/2014, e Secretário de Estado da Administração Publica nº 3232/20014-SEAP, de 29/08/2014; e
- Oito postos de trabalho aprovados por despacho dos Senhores Secretário de Estado da Administração Local, de 03/04/2014 e do Secretario de Estado da Administração Publica nº 3231/20014-SEAP, 29/08/2014

Dada esta situação verifica-se um aumento de 18 trabalhadores, face a 31 de dezembro de 2014

**II – Informação relativa à imagem verdadeira e apropriada****4 - Insuficiência de normas de consolidação para os planos sectoriais**

Embora não existindo normas específicas de consolidação de contas em POCAL, foram utilizadas as normas estipuladas no art.º 5.º da Portaria n.º 474/2010 de 15 de Junho, no regime transitório prevê-se que *“até à publicação de normas de consolidação de contas previstas nos planos sectoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente portaria”*.

**5 – Afastamento das normas de consolidação para de obter uma imagem verdadeira e apropriada**

Não aplicável.

**III – Informação relativa aos procedimentos de consolidação****6 – Diferenças de consolidação**

Considerando que o método de consolidação utilizado é o integral, adotou-se o previsto na norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, para aplicação do mesmo.

De referir que esta norma para efeitos de eliminações de investimentos financeiros e apuramento das diferenças de consolidação remete para a NCRF 14 - Concentrações de atividades empresariais, devidamente adaptada ao sistema contabilístico vigente.

Tendo em conta o referido anteriormente, foram detetadas as seguintes diferenças de consolidação:

- Faturas não contabilizadas no município no montante de € 1.053,28.

**7- Contabilização das participações financeiras**

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas ao valor de aquisição.

**8 - Eliminações não efetuadas por serem materialmente irrelevantes**

Não aplicável.

**9 - Demonstrações financeiras integradas na consolidação elaboradas em data diferente das da entidade-mãe e acontecimentos importantes ocorridos entre a data dos balanços das entidades incluídas na consolidação e o balanço consolidado**

Não aplicável.

**10 - Comparabilidade e Alteração no perímetro da Consolidação**

Não aplicável.

**11 - Discriminação das diferenças de aquisição pelo método de equivalência patrimonial quando não refletidas no balanço consolidado**

Não aplicável

**12- Contabilização das participações em associadas**

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas ao valor de aquisição.

**V – Informações relativas a políticas contabilísticas**

### **13-Criterios de Valorimetria**

As demonstrações financeiras do Município de Alfândega da Fé foram preparadas na base da continuidade das operações da entidade, em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

No caso dos ativos do imobilizado cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o valor resultante de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Para esse efeito foram constituídas comissões de avaliação compostas por técnicos de diferentes áreas profissionais.

No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste Município, sempre que possível, são valorizados ao custo de aquisição ou de produção.

Relativamente aos bens em que se desconhecia o valor de aquisição ou de produção, considerou-se como valor de aquisição o valor resultante de avaliação ou produção e, em alguns casos o valor atribuído pela Repartição de Finanças. O Custo de aquisição tem suporte no conteúdo da faturação e nos autos de receção das empreitadas.

Os bens pertencentes ao ativo imobilizado obtido a título gratuito encontram-se valorizados de acordo com o critério do justo valor.

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com o respetivo preço de aquisição, sendo os lucros ou proveitos a que haja lugar, contabilizados nos períodos a que se referem.

O método adotado para o cálculo das amortizações do exercício é o método das quotas constantes.

As existências, compostas por matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, sendo o método de custeio das saídas de armazém o Custo Médio Ponderado.

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

### **Relativamente às empresas que fazem parte do perímetro de consolidação:**

#### **ALFANDEGATUR – Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfandega da Fé**

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis foram mensurados pelo seu custo histórico.

b) Ativos fixos tangíveis

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente, nos casos aplicáveis, baseou-se no modelo de revalorização.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no mês em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

c) Passivos por Impostos Diferidos

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável /perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperável ou liquidada.

A mensuração dos passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data do balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o grupo espera, à data do balanço, liquidar a quantia escriturada dos passivos.

d) Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

e) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

f) Inventários

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio Custo médio ponderado. Na imputação dos custos aos inventários, foi usado o sistema de custeio total.

g) Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo modelo do custo. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida, conforme as condições originais das contas a receber.

h) Provisões

São constituídas provisões sempre que a Empresa tem uma obrigação presente, resultante de acontecimentos passados, e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos, será necessária para liquidar a obrigação.

i) Rubricas de Capital Próprio:

Capital Realizado: Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para a realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

j) Responsabilidade por benefícios pós-emprego e gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

l) Fornecedores

As contas de fornecedores encontram-se mensuradas pelo método do custo

m) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos estão registados ao custo.

n) Outra contas a pagar

As contas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

o) Vendas e prestação de serviços

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia do redito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurado com fiabilidade;

Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

p) Ativos e Passivos Contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgadas quando for provável a existência de um influxo financeiro.

Um passivo contingente é uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou, uma obrigação

presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

#### q) Subsídios

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança sobre o seu recebimento. Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar. Os subsídios ao investimento são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada do respetivo activo subsidiado.

#### r) Período de Revisão Fiscal

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado na posição dos consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

## VI – Informação relativa a determinadas rubricas

### Demonstração consolidada dos resultados financeiros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS							
CUSTOS E PERDAS	Valor Agregado			PROVEITOS E GANHOS	Valor Agregado		
	2015	2014	2013		2015	2014	2013
68 - Custos e Perdas Financeiras	837.555,56	1.535.121,55	850.332,53	78 – Proveitos e Ganhos Financeiros	123.504,71	380.558,42	356.018,85
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	-714.050,85	-1.154.563,13	-494.313,68				
<b>Total</b>	<b>123.504,71</b>	<b>380.558,42</b>	<b>356.018,85</b>	<b>Total</b>	<b>123.504,71</b>	<b>380.558,42</b>	<b>356.018,85</b>

Resultado que decorre das aplicações de natureza financeira da entidade e dos seus custos de financiamento. Do lado dos proveitos, os mais importantes são os rendimentos das participações de capital, dos títulos negociáveis e outros juros e proveitos similares. Da parte dos custos, temos as amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros e os juros e encargos resultantes da obtenção de capitais alheios.

Como se pode verificar pelo quadro supra, os resultados financeiros consolidados de 2015, apresentam um valor negativo de €714.050,85.

### Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
CUSTOS E PERDAS	Valor Agregado			PROVEITOS E GANHOS	Valor Agregado		
	2015	2014	2013		2015	2014	2013
69 – Custos e Perdas Extraordinárias	297.539,39	459.995,85	260.258,85	79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários	687.906,03	116.911,38	597.635,82
<b>RESULTADOS EXTRAORDINARIOS</b>	390.366,64	-343.084,47	337.376,97				
<b>Total</b>	<b>687.906,03</b>	<b>116.911,38</b>	<b>597.635,82</b>	<b>Total</b>	<b>687.906,03</b>	<b>116.911,38</b>	<b>597.635,82</b>

O resultado extraordinário, que abrange os custos e proveitos com um carácter inesperado (sinistros, multas, dívidas incobráveis ou recuperadas, etc.) ou meramente pontual (por exemplo, as mais ou menos valias resultantes da alienação de componentes do ativo imobilizado).

Como se pode verificar os resultados extraordinários consolidados em 2015, apresentam um resultado positivo de €390.366,64.

### **Endividamento consolidado de médio e longo prazo**

Na consolidação do endividamento de médio e longo prazo foi utilizado o Método da Simples Agregação:

Designação	Dividas a Terceiros de Médio e Longo Prazo		Valor Consolidado 2015	Valor Consolidado 2014	Valor Consolidado 2013
	MUNICIPIO	ALFANDEGATUR			
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	19.195.016,50	1.383.041,10	20.578.057,60	21.443.992,57	21.173.538,32
Locação Financeira	00	00		00	00
Contributo para o FAM	352.016,10	0	352.016,10		
<b>Total</b>	<b>19.547.032,60</b>	<b>1.383.041,10</b>	<b>20.930.073,70</b>	<b>21.443.992,57</b>	<b>21.173.538,32</b>

Como se pode constatar no quadro supra, verifica-se a redução da dívida de MLP consolidada de 2015, no montante de € 865.934,97, já deduzido do contributo para o FAM.

É importante referir que o montante referente à contribuição de cada município para o FAM **não releva** para o limite da dívida total prevista no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, alterada pelas Leis n.ºs 82-D/2014, de 31/12, 69/2015, de 16/07, e 132/2015, de 4/09.

### **Divida agregada do Grupo Municipal:**

#### **Mapa da Divida Bruta consolidada, desagregada por natureza**

Designação	Dividas a Terceiros de Médio e Longo Prazo		Valor Consolidado 2015	Valor Consolidado 2014
	MUNICIPIO	ALFANDEGATUR		
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	19.547.032,60	1.383.041,10	20.930.073,70	21.443.992,57
Curto Prazo	507.347,55	380.939,72	888.287,27	1.035.024,24
Valores a Deduzir (Contributo FAM + operações não orçamentais)	-497.352,30	0	-497.352,30	-97.931,05
<b>Total</b>	<b>19.557.027,85</b>	<b>1.763.980,82</b>	<b>21.321.008,67</b>	<b>22.385.085,76</b>

Como se pode verificar no quadro anterior, verifica-se uma redução da dívida total consolidada no montante de € 1.060.077,09

### **VII – Informações diversas**

**Descrição das Responsabilidades das entidades incluídas no Perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionado expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.**



Existem as seguintes garantias bancária pedidas pelo Município a favor das seguintes entidades:

Solicitadas à Caixa Geral de Depósitos:

Garantia Nº	Entidade Beneficiária	Início da Operação	Data de Fim	Montante Contratado	Montante Utilizado
GB nº 9015005522493	Tribunal do Trabalho de Bragança	08-10-2007	08-10-2017	14.567,61	0,00

-Para assegurar o reembolso do capital e o pagamento dos juros e dos demais encargos dos empréstimos, o Município deu como garantia às instituições de crédito as receitas municipais que não se encontrem legalmente consignadas, nomeadamente:

Entidade Financeira	Valor em dívida em 31/12/2015
Banco BPI, SA	354.864,59
Banco Comercial Português	278.686,72
Direcção Geral Do Tesouro e Finanças	1.992.974,49
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	1.641.7661,22
Caixa Geral de Depósitos	150.829,48
<b>Total Geral</b>	<b>19 195 016,50 €</b>

Existem as seguintes garantias bancária pedidas pela Empresa Municipal - ALFANDEGATUR a favor das seguintes entidades:

Garantia Nº	Entidade Bancária	Entidade Beneficiária	Início da Operação	Valor
0035004200003133093	C.G.D.	Turismo de Portugal	08-06-1999	342.923,55

Os valores da dívida da Empresa Municipal Alfandegatur, a instituições de crédito é constituída da seguinte forma:

Entidade Financeira	Valor em dívida em 31/12/2015
Turismo	713.603,17
Crédito Agrícola Mútuo	422.169,17
Caixa Geral de Depósitos	451.235,64
<b>Total Geral</b>	<b>1.587.007,98 €</b>

### Outras Informações

- Foi obtido visto tácito do Tribunal de Contas a 21 de março de 2016, nos termos do n.º 1 do art.º 85.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, ao Programa de ajustamento municipal (PAM) que inclui um Plano de Reestruturação de Dívida (PRD) com recurso à Assistência Financeira, nos termos do definido no artigo 26.º da Lei n.º 53/2014, de 25/08.

-Atualmente a gestão do hotel está a ser efetuada pela empresa PITER SA, através do contrato de locação de estabelecimento, que prevê a aquisição do capital social, conforme ficou estabelecido e deliberado na Assembleia Municipal de 23.02.2013. Prevê-se para breve (ou seja, antes do termo do contrato de locação) a alienação do capital social para aquela empresa (PITER).

Na sequência da exploração para privados, a ALFANDEGATUR deixou de ter qualquer responsabilidade relativa às relações laborais dos trabalhadores que continuam a exercer funções no estabelecimento hoteleiro, sem prejuízo das compensações suportadas pela ALFANDEGATUR pela cessação de vários contratos de trabalho.

- Na prestação de contas do Município foi necessário alterar a estrutura/configuração do Balanço o que implicou que os valores de 2014, sofressem uma ligeira alteração. Ou seja a conta 26.8.8.9, reportava para o Balanço, mapa endividamento e mapa de operações de tesouraria, apenas o saldo da conta principal.

Sendo que esta conta se divide em duas: "26.8.8.9.1 – Fornecedores com Caução" e "26.8.8.9.2 – Outros Devedores", em que uma apresenta saldo Devedor e a outra Saldo Credor.

Por indicação da DGAL, foi necessário fazer diversas alterações ao reporte de Ficheiros através do SIIAL, e que no mesmo sentido implicaram alteração/ajuste as configurações do POCAL:

"1.A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no artigo 52º, determina que a dívida total das operações orçamentais dos municípios não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2.Os municípios enviam à DGAL, trimestralmente, informação sobre o respetivo endividamento, através da aplicação informática SIIAL, no input Endividamento. Neste input, as dívidas de natureza não orçamental devem ser identificadas como tal, de forma a que as mesmas sejam subtraídas ao computo da dívida total do município, considerada para efeitos de aferição do cumprimento do limite supra referido.

3.Os municípios enviam igualmente à DGAL, através do SIIAL, informações sobre as operações de tesouraria, no input Fluxos de caixa, as quais, na medida em que constituem cobranças para terceiros, consubstanciam operações de natureza não orçamental.

4. Da comparação entre os montantes das operações não orçamentais reportados por esse município relativos a 31-12-2015 e o saldo final de operações de tesouraria na mesma data, constata-se a existência de diferenças de valores, pelo que se solicita a V. Exa. a confirmação da informação enviada através do SIIAL, quer no input Endividamento (4º trimestre de 2015), quer no input Fluxos de caixa (Saldo inicial de 2015 e 1º ao 4º trimestres) e os esclarecimentos tidos por convenientes sobre este assunto.

Tendo em conta o reflexo desta informação ao nível da situação do município face ao limite da dívida total, solicita-se a melhor atenção de V. Exa. a esta matéria.”

Informar ainda que a Conta 26.8.8.9.1” é uma conta não orçamental (operação de tesouraria).

Não se evidenciam essas alterações nos resultados do balanço referentes à consolidação de contas do ano de 2014

- O Município tem a totalidade do capital da Empresa Municipal ALFANDEGATUR, e nos termos da Lei deve o Município proceder ao equilíbrio de contas quando apresentado prejuízo, através da cobertura desse prejuízo. No entanto nos de 2013 e 2014, não foi reflectido nas contas do município um acréscimo de custos dessa natureza, por a empresa municipal se encontra em processo de alienação.

Conforme sessão de AM, realizada no dia 23/02/2013, e em relação a empresa municipal ALFANDEGATUR – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, E.M.”, foram tomadas as deliberações abaixo discriminadas:

- Aprovar a alienação integral da participação detida pelo Município na ALFANDEGATUR – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, E.M.

No ano de 2015, por prudência e se entender mais claro para as contas do Município, procedeu-se a reflexão dos prejuízos de 2015 e dos anos anteriores (2013 e 2014).

## 7 – Anexos

7.1 – Balanço Ativo Consolidado 2015

7.2 – Balanço Passivo Consolidado 2015

7.3 – Demonstração de Resultados Consolidada 2015

7.4 – Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado 2015

CV



## 7.1 - Balanço - Ativo

## Balanço consolidado 2015

Código das contas POCAL	Município			ALFANDEGATUR			Valor Agregado	Reclassificação	Ajustamento ou Eliminação	Valor Global do Município Ativo líquido 2015	2014	2013	2012	2011
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo líquido	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo líquido	Activo Líquido							
<b>ACTIVO</b>														
<b>Imobilizado</b>	<b>20 861 973,97</b>	<b>3 980 165,42</b>	<b>16 882 078,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16 882 078,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16 882 078,55</b>	<b>16 726 979,39</b>	<b>12 432 221,80</b>	<b>8 521 229,14</b>	<b>7 997 881,31</b>
Bens de domínio publico							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
451 Terrenos e recursos naturais							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
452 Edifícios							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453 Outras construções e infra-estruturas	4 716 802,76	2 001 521,37	2 715 551,39				2 715 551,39			2 715 551,39	2 570 251,61	1 082 511,69	1 127 905,87	711 545,21
455 Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	668 767,78	7 722,29	661 045,49				661 045,49			661 045,49	159 354,70	45 702,80	45 702,80	13 080,00
459 Outros bens de domínio publico	15 476 403,43	1 970 921,76	13 505 481,67				13 505 481,67			13 505 481,67	13 997 373,08	10 587 528,91	6 654 298,16	6 589 832,57
445 Imobilizações em curso							0,00			0,00	0,00	716 478,40	693 322,31	683 423,53
446 publico							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Imobilizações incorpóreas</b>	<b>197 480,94</b>	<b>152 197,12</b>	<b>45 283,82</b>	<b>105 683,74</b>	<b>105 683,71</b>	<b>0,03</b>	<b>45 283,85</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>45 283,85</b>	<b>45 116,95</b>	<b>59 593,23</b>	<b>61 796,30</b>	<b>62 214,72</b>
431 Despesas instalação							0,00			0,00	0,00	16 781,55	30 124,89	43 468,23
432 Despesas de investigação e de desenvolvimento	26 927,78		26 927,78	1 246,99	1 246,99	0,00	26 927,78			26 927,78	19 397,10	19 397,10	6 447,33	2 708,13
433 Propriedade industrial e outros direitos	170 553,16	152 197,12	18 356,04				18 356,04			18 356,04	22 281,64	23 414,58	25 224,08	16 038,36
443 Imobilizações em curso							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imob. Incorporeas				104 436,75	104 436,72	0,03	0,03			0,03	3 438,21	0,00	0,00	0,00
449 Adiantamento por conta de imobilizações incorporeas							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Imobilizações corpóreas</b>	<b>20 039 182,59</b>	<b>3 981 610,84</b>	<b>16 057 571,75</b>	<b>4 947 278,65</b>	<b>2 572 470,89</b>	<b>2 374 807,76</b>	<b>18 432 379,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18 432 379,51</b>	<b>19 580 049,79</b>	<b>25 740 062,21</b>	<b>28 814 237,33</b>	<b>28 066 314,67</b>
421 Terrenos e recursos naturais	1 420 395,27		1 420 395,27	79 443,34		79 443,34	1 499 838,61			1 499 838,61	1 499 838,61	1 500 813,49	1 488 370,13	1 818 370,13
422 Edifícios e outras construções	15 554 818,99	1 865 458,28	13 689 360,71	3 883 142,09	1 806 226,91	2 076 915,18	15 766 275,89			15 766 275,89	14 995 596,34	11 456 926,13	10 665 224,10	8 922 634,40
423 Equipamento básico	1 017 985,48	731 132,81	286 852,67	731 180,72	581 999,48	149 181,24	436 033,91			436 033,91	457 310,88	628 262,34	726 557,96	890 176,53
424 Equipamentos de transporte	865 287,50	643 653,57	221 633,93	27 725,48	25 312,04	2 413,44	224 047,37			224 047,37	166 817,34	196 727,72	243 675,04	294 126,32
425 Ferramentas e utensílios	151 581,61	106 852,72	44 728,89				44 728,89			44 728,89	48 207,46	43 392,32	37 798,08	43 790,25
426 Equipamento administrativo	440 433,41	434 819,74	5 613,67	27 197,51	25 829,14	1 368,37	6 982,04			6 982,04	5 677,27	26 100,37	37 812,88	62 969,78
427 Taras e vasilhame	46 116,89	46 107,44	9,45			0,00	9,45			9,45	332,38	1 125,74	2 275,67	3 487,32
429 Outras imobilizações corpóreas	542 563,44	153 586,28	388 977,16	198 589,51	133 103,32	65 486,19	454 463,35			454 463,35	117 049,07	121 370,79	136 257,89	149 198,76
442 Imobilizações em curso							0,00			0,00	2 289 220,44	11 765 343,31	15 476 285,78	15 881 561,18
448 corpóreas							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Investimentos financeiros</b>	<b>7 051 230,64</b>	<b>433 110,92</b>	<b>6 618 119,72</b>	<b>500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>500,00</b>	<b>6 618 619,72</b>	<b>0,00</b>	<b>819 940,00</b>	<b>5 798 679,72</b>	<b>5 446 713,79</b>	<b>1 597 092,67</b>	<b>1 631 228,17</b>	<b>1 191 284,61</b>
411 Partes de capital	928 779,00		928 779,00				928 779,00		819 940,00	108 839,00	107 029,00	107 029,00	0,00	0,00
4111 Partes de capital em empresas do grupo							0,00			0,00	0,00	0,00	107 029,00	112 029,00
4112 Partes de capital em empresas associadas							0,00			0,00	0,00	2 400,00	10 700,00	2 400,00
4113 Partes de capital em outras empresas							0,00			0,00	0,00	3 300,00	0,00	3 300,00
412 Obrigações e títulos participação	410 684,10		410 684,10				410 684,10			410 684,10	0,00	0,00	500,00	0,00
414 Investimentos em imóveis	5 711 767,54	433 110,92	5 278 656,62				5 278 656,62			5 278 656,62	5 339 184,79	1 398 633,85	1 432 390,41	1 017 611,34
415 Outras aplicações financeiras				500,00		500,00	500,00			500,00	500,00	500,00	0,00	500,00
441 Imobilizações em curso							0,00			0,00	0,00	85 229,82	80 608,76	0,00
447 financeiros							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	55 444,27
<b>Circulante</b>														
<b>Existencias</b>	<b>104 944,20</b>	<b>0,00</b>	<b>104 944,20</b>	<b>8 192,63</b>	<b>0,00</b>	<b>8 192,63</b>	<b>113 136,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>113 136,83</b>	<b>37 484,54</b>	<b>39 952,27</b>	<b>20 720,99</b>	<b>72 825,83</b>
36 e 386 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	103 909,77		103 909,77	8 192,63		8 192,63	112 102,40			112 102,40	37 200,57	38 519,38	19 624,90	70 843,27
35 Produtos e trabalhos em curso							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38 e 384 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 e 383 Produtos acabados e intermediários							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32 e 382 Mercadorias	1 034,43		1 034,43				1 034,43			1 034,43	0,00	1 432,89	1 096,09	1 982,56
37 Adiantamentos por conta de compras							0,00			0,00	283,97	0,00	0,00	0,00
							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Dívidas de terceiros - curto prazo</b>	<b>2 364 203,83</b>	<b>24 530,96</b>	<b>2 339 672,87</b>	<b>130 496,26</b>	<b>0,00</b>	<b>130 496,26</b>	<b>2 470 169,13</b>	<b>0,00</b>	<b>995,33</b>	<b>2 469 173,80</b>	<b>2 781 138,48</b>	<b>2 570 244,57</b>	<b>1 682 955,58</b>	<b>1 633 364,10</b>
2811 Empréstimos concedidos							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211 Clientes, c/c	43 130,40		43 130,40	84 176,39		84 176,39	127 306,79		995,33	126 311,46	199 744,86	244 958,68	310 938,16	82 937,64
212 Contribuintes, c/c e taxas	1 722 247,82		1 722 247,82				1 722 247,82			1 722 247,82	1 489 904,20	1 257 601,15	478 071,18	245 780,90
213 Utentes c/c	22 954,06		22 954,06				22 954,06			22 954,06	23 457,06	71 091,06	30 310,92	14 258,60
217 clientes e utentes com cações							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	9 845,51
218 duvidosa	88 417,09	24 530,96	63 886,13				63 886,13			63 886,13	72 376,56	46 850,12	22 687,40	1 978,44
251 Devedores pela execução do orçamento							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
229 Adiantamentos a fornecedores							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	3 226,07
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24 Estado e outros entes públicos	21 343,12		21 343,12	42 853,36		42 853,36	64 196,48			64 196,48	134 213,44	151 682,17	104 102,78	105 002,51
264 Administração autárquica							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

262+263+267 +268	Outros devedores	466 111,34		466 111,34	3 466,51		3 466,51	469 577,85			469 577,85	861 442,36	798 061,39	736 845,14	1 170 334,43
	<b>Títulos negociáveis</b>							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Acções							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
								0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>	<b>298 641,47</b>	<b>0,00</b>	<b>298 641,47</b>	<b>21 070,98</b>	<b>0,00</b>	<b>21 070,98</b>	<b>319 712,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>319 712,45</b>	<b>397 815,42</b>	<b>568 694,87</b>	<b>269 552,77</b>	<b>351 310,57</b>
12	Depósitos em instituições financeiras e caixa	297 916,12		297 916,12	18 676,50		18 676,50	316 592,62			316 592,62	392 804,10	560 147,39	259 795,07	342 422,80
11	Caixa	725,35		725,35	2 394,48		2 394,48	3 119,83			3 119,83	5 011,32	8 547,48	5 165,54	8 887,77
13	Depósitos a prazo							0,00			0,00	0,00	0,00	4 592,16	0,00
								0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>73 993,41</b>	<b>0,00</b>	<b>73 993,41</b>	<b>653,90</b>	<b>0,00</b>	<b>653,90</b>	<b>74 647,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>74 647,31</b>	<b>80 252,88</b>	<b>56 379,66</b>	<b>77 024,58</b>	<b>93 182,89</b>
271	Acréscimos de proventos	62 394,61		62 394,61				62 394,61			62 394,61	71 385,15	47 515,10	73 648,14	86 400,13
272	Custos diferidos	11 598,80		11 598,80	653,90		653,90	12 252,70			12 252,70	8 867,73	8 864,56	3 376,44	6 782,76
	Activos por imp. Diferidos							0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
								0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total de amortizações</b>		<b>8 547 084,30</b>			<b>2 678 154,60</b>		<b>0,00</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 034 793,22</b>	<b>5 463 906,37</b>	<b>4 781 378,80</b>
	<b>Total de provisões</b>		<b>24 530,96</b>					<b>0,00</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40 718,98</b>	<b>40 718,98</b>
	<b>Total do activo</b>	<b>50 991 651,05</b>	<b>8 571 615,26</b>	<b>42 420 305,79</b>	<b>5 213 876,16</b>	<b>2 678 154,60</b>	<b>2 535 721,56</b>	<b>44 956 027,35</b>	<b>0,00</b>	<b>820 935,33</b>	<b>44 135 092,02</b>	<b>45 095 551,24</b>	<b>43 064 241,28</b>	<b>41 078 744,86</b>	<b>39 468 378,70</b>

## 7.2 - Balanço - Passivo e Fundos Próprios

## BALANÇO CONSOLIDADO 2015

	Fundos Próprios e Passivo	Município de Alfândega da Fé	ALFANDEGATUR	valor agregado	Reclassificação	Ajustamento/ eliminação	Valor global do município 2015	2014	2013	2012	2011
	<b>Fundos Próprios</b>										
51	Património	15 617 857,71	819 940,00	16 437 797,71		819 940,00	15 617 857,71	15 059 143,36	11 232 903,07	11 232 903,07	10 530 693,97
55	Ajustamento partes capital em empresas			0,00			0,00	0,00	0,00	189 434,80	0,00
56	Reservas de reavaliação		507 371,72	507 371,72			507 371,72	531 743,71	556 115,70	433 178,90	0,00
	Reservas			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	453 257,39
571	Reservas legais	785 885,41		785 885,41			785 885,41	785 885,41	729 375,71	711 277,73	678 210,03
572	Reservas estatutárias			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
573	Reservas contratuais			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
574	Reservas livres			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
575	Subsídios			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
576	Doações	327 581,91		327 581,91			327 581,91	327 581,91	323 289,66	321 789,66	321 789,66
577	Reservas decorrentes de transferência de activos			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
578	Reservas decorrentes de cedência apropriação de activos			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Resultados transtados	-3 667 795,25	-378 020,56	-4 045 815,81		-636 297,64	-4 045 833,81	-159 215,85	2 142 955,67	1 373 442,04	750 175,27
88	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>372 442,78</b>	<b>-245 342,42</b>	<b>127 100,36</b>		<b>-248 741,68</b>	<b>375 842,04</b>	<b>-872 375,72</b>	<b>563 701,92</b>	<b>-185 252,67</b>	<b>681 010,48</b>
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>13 435 972,56</b>	<b>703 948,74</b>	<b>14 139 921,30</b>	<b>0,00</b>	<b>-65 099,32</b>	<b>14 205 020,62</b>	<b>15 668 407,82</b>	<b>15 548 341,73</b>	<b>14 076 773,53</b>	<b>13 415 136,80</b>
	Diferenças de consolidação			0,00		1053,28	-1 053,28	-1 582,88	188 207,60	603 762,81	435 387,29
	<b>Passivo</b>			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
292	Provisões para riscos e encargos	286 734,78	1 978,44	288 713,22			288 713,22	286 734,78	0,00	497 538,16	0,00
293/8	Outras provisões			0,00			0,00	1 978,44	1 978,44	0,00	1 978,44
				0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Dívidas a terceiros- médio longo prazo</b>	<b>19 547 032,60</b>	<b>1 383 041,10</b>	<b>20 930 073,70</b>		<b>0,00</b>	<b>20 930 073,70</b>	<b>21 443 992,57</b>	<b>21 173 538,32</b>	<b>19 091 552,23</b>	<b>24 761 037,00</b>
2312	Empréstimos de médio e longo prazo		669 437,93	669 437,93			669 437,93	20 730 389,40	20 409 935,15	19 091 552,23	18 052 666,51
	Empréstimos de médio e longo prazo - componente a MLP	17 686 628,54		17 686 628,54			17 686 628,54				
	Empréstimos de médio e longo prazo- componente a pagar a curto prazo	1 508 387,96		1 508 387,96			1 508 387,96				
231	Dívidas a instituições de crédito			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	1 197 114,76
239	Outros empréstimo obtidos(turismo)		713 603,17	713 603,17			713 603,17	713 603,17	763 603,17	0,00	1 063 603,17
24	Estado e outros entes publicos			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+264	Outros credores			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268126	Contributo para o FAM	352 016,10		352 016,10			352 016,10				
				0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	4 447 652,56
	<b>Dívidas a terceiros-curto prazo</b>	<b>507 347,55</b>	<b>380 939,72</b>	<b>888 287,27</b>		<b>0,00</b>	<b>888 287,27</b>	<b>977 704,80</b>	<b>1 336 166,66</b>	<b>3 101 160,16</b>	<b>2 223 826,28</b>
2311	Empréstimos de curto prazo		203 966,88	203 966,88			203 966,88	88 000,00	0,00	19 500,00	106 510,78
231	Dívidas a instituições de crédito			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	21 500,00
269	Adiantamento por conta de vendas		617,38	617,38			617,38	617,38	1 842,00	13 127,98	8 360,18
221	Fornecedores, c/c	258 715,34	143 400,46	402 115,80			402 115,80	639 489,22	412 646,31	2 365 160,14	1 628 709,44
228	Fornecedores, facturas recepção e conferência	65 907,48		65 907,48			65 907,48	2 472,98	82 038,14	52 801,22	164 315,08
251	Outros accionistas			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00
252	Credores pela execução do orçamento			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	10 255,05
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c			0,00			0,00	0,00	62 517,70	0,00	49 768,97
24	Estado e outros entes públicos	39 909,40	11 390,01	51 299,41			51 299,41	46 386,87	60 957,59	56 703,91	59 014,44
26	Outros credores		21 564,99	21 564,99			21 564,99	26 216,44	0,00	0,00	32 806,60
264	Administração autárquica			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267	Outros credores	142 815,33		142 815,33			142 815,33	174 521,91	716 164,92	593 866,91	92 585,74
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>8 643 218,30</b>	<b>65 813,56</b>	<b>8 709 031,86</b>		<b>884 981,37</b>	<b>7 824 050,49</b>	<b>6 718 315,71</b>	<b>4 692 110,93</b>	<b>3 752 425,41</b>	<b>3 461 407,17</b>
273	Acréscimos de custos	1 103 357,28		1 103 357,28		884 981,37	218 375,91	187 021,85	200 203,09	166 971,95	162 712,82
274	Proveitos diferidos	7 539 861,02		7 539 861,02			7 539 861,02	6 461 937,04	4 419 007,76	3 509 010,12	3 218 707,75
276	Impostos diferidos		65 813,56	65 813,56			65 813,56	69 356,82	72 900,08	76 443,34	79 986,60
				0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total do passivo</b>	<b>28 984 333,23</b>	<b>1 831 772,82</b>	<b>30 816 106,05</b>	<b>0,00</b>	<b>886 034,65</b>	<b>29 930 071,40</b>	<b>29 427 143,42</b>	<b>27 392 001,95</b>	<b>27 046 438,77</b>	<b>26 435 983,62</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>42 420 305,79</b>	<b>2 535 721,56</b>	<b>44 956 027,35</b>	<b>0,00</b>	<b>820 935,33</b>	<b>44 135 092,02</b>	<b>45 095 551,24</b>	<b>43 064 241,28</b>	<b>41 078 744,86</b>	<b>39 468 378,70</b>

## 7.3 - Demonstração de Resultados

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2015

	Valor do Município de Alfândega da Fé	Valor da Empresa - ALFANDEGATUR	Valor Agregado - simples	Reclassificação	Ajustamento ou Eliminação	Valor Global do Município de Alfândega da Fé 2015	2014	2013	2012	2011
<b>Custos e perdas</b>										
61	Custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas	128 650,79	136 158,65	264 809,44		264 809,44	324825,18	343 407,79	287 794,96	431 428,94
62	Fornecimento e serviços externos	2 051 771,31	219 460,00	2 271 231,31	10 946,56	2 260 284,75	2003826,9	2 147 734,14	2 098 439,98	2 342 580,68
	Custos com o pessoal									
641+642	Renumerações	2 127 945,98	341 984,29	2 469 930,27		2 469 930,27	2527260,74	528 516,05	2 600 799,07	2 769 392,69
645	Outros encargos			0,00		0,00	12897,22	69 401,46	27 321,63	60 181,06
643 a 648	Encargos sociais	582 476,21		582 476,21		582 476,21	686478,85	2 846 399,92	544 390,29	459 561,10
63	Transferências subsídios correntes concedidos e prestações sociais	652 926,01		652 926,01		652 926,01	766759,74	597 401,53	514 964,69	407 261,75
66	Amortizações do exercício	1 284 200,08	158 151,20	1 442 351,28		1 442 351,28	1073139,06	1 525 405,46	718 242,61	497 551,97
662+663	amortizações do imob. Corp.e incorporeo			0,00		0,00	0	51 866,13	54 443,51	201 376,09
666+667	Ajustamentos									
67	Provisões do exercício	24 530,96		24 530,96		24 530,96	286734,78	0,00	495 559,72	40 718,98
63	Impostos		14 400,83	14 400,83		14 400,83	14426,12	12 866,30	0,00	17 755,95
65	outros custos e perdas operacionais	439,00		439,00		439,00	550	5 545,21	253 548,68	94 181,86
	(A)	<b>6 852 940,34</b>	<b>870 154,97</b>	<b>7 723 095,31</b>	<b>10 946,56</b>	<b>7 712 148,75</b>	<b>7696898,59</b>	<b>8 128 543,99</b>	<b>7 595 505,14</b>	<b>7 321 991,07</b>
68	Juros empréstimos bancários	792 609,43	44 945,98	837 555,41		837 555,41	1 535 121,55	850 332,53	791 037,86	820 528,77
682	Perdas em empresas do grupo e associados									
683+684	Amortizações ajustamentos aplicações e investimentos financeiros									
	(C)	<b>7 645 549,77</b>	<b>915 100,95</b>	<b>8 560 650,72</b>	<b>10 946,56</b>	<b>8 549 704,16</b>	<b>9232020,14</b>	<b>8 978 876,52</b>	<b>8 417 945,86</b>	<b>8 142 519,84</b>
69	Custos e perdas extraordinários	546 425,07		546 425,07	248 885,68	297 539,39	459995,85	260 258,85	819 281,07	299 702,93
	(E)	<b>8 191 974,84</b>	<b>915 100,95</b>	<b>9 107 075,79</b>	<b>259 832,24</b>	<b>8 847 243,55</b>	<b>9692015,99</b>	<b>9 239 135,37</b>	<b>9 237 226,93</b>	<b>8 442 222,77</b>
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		3 543,26			0,00	0	0,00	3 625,73	3 543,26
	(G)	<b>8 191 974,84</b>	<b>911 557,69</b>	<b>9 103 532,53</b>	<b>259 832,24</b>	<b>8 843 700,29</b>	<b>9688472,73</b>	<b>9 235 592,11</b>	<b>9 233 766,14</b>	<b>8 438 679,51</b>
88	Resultado líquido do exercício	372 442,78	-245 342,42	127 100,36	-248 741,68	375 842,04	-872375,72	563 701,92	-185 252,67	681 010,48
		8 564 417,62	666 215,27	9 230 632,89		9 219 542,33	8816097,01	9 799 294,03	9 048 513,47	9 119 689,99
<b>Proveitos e Ganhos</b>										
	vendas e prestações de serviços					0,00	0	0,00	0,00	802 030,55
7111	Vendas de mercadorias	6 574,76		6 574,76		6 574,76	92705,76	121 022,97	73 458,91	9 715,87
7112-7119	Venda de produtos	154 786,70		154 786,70		154 786,70	143545,8	172 678,12	168 922,65	175 960,34
712+713+718	Prestações de serviços	213 382,83	655 319,60	868 702,43	11 090,56	857 611,87	828330,74	1 460 214,03	962 804,75	556 089,34
72	Impostos e taxas	1 189 976,97		1 189 976,97		1 189 976,97	976877,15	953 056,30	812 205,01	692 065,47
(a)	Variação da produção			0,00						
75	Trabalhos para a própria entidade	188 832,42		188 832,42		188 832,42	111328,34	272 410,13	902 132,60	848 514,20
73	Proveitos suplementares	216,50		216,50		216,50	757,08	480,01	2 498,07	13 459,55
77	Reversões de amortizações e ajustamentos			0,00						
74	Transferências e subsídios obtidos	5 999 236,70	5 304,13	6 004 540,83		6 004 540,83	6165082,34	5 835 319,66	5 648 875,96	5 772 469,08
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		5 591,54	5 591,54		5 591,54	0	30 458,14	27 001,00	21 773,89
	(B)	<b>7 753 006,88</b>	<b>666 215,27</b>	<b>8 419 222,15</b>	<b>11 090,56</b>	<b>8 408 131,59</b>	<b>8318627,21</b>	<b>8 845 639,36</b>	<b>8 597 898,95</b>	<b>8 892 078,29</b>
782	Ganhos em empresas do grupo e associados									
782	Reativos a empresas do grupo									
78	Proveitos e ganhos financeiros	123 504,71		123 504,71		123 504,71	380558,42	356 018,85	285 791,51	13 602,37
	(D)	<b>7 876 511,59</b>	<b>666 215,27</b>	<b>8 542 726,86</b>	<b>11 090,56</b>	<b>8 531 636,30</b>	<b>8699185,63</b>	<b>9 201 658,21</b>	<b>8 883 690,46</b>	<b>8 905 680,66</b>
79	Proveitos e ganhos extraordinários	687 906,03		687 906,03		687 906,03	116911,38	597 635,82	164 823,01	214 009,33
	(F)	<b>8 564 417,62</b>	<b>666 215,27</b>	<b>9 230 632,89</b>	<b>11 090,56</b>	<b>9 219 542,33</b>	<b>8816097,01</b>	<b>9 799 294,03</b>	<b>9 048 513,47</b>	<b>9 119 689,99</b>



## 7.4 – Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado

## Resumo dos Fluxos de Caixa 2015

Recebimentos						
	Município		ALFANDEGATUR	Simplex Agregação 2015	2014	2013
Saldo do exercício anterior		368 561,18	29 254,24	397 815,42	557 454,85	269 552,77
Receitas		20 750 801,20	844 165,44	21 594 966,64	9 665 343,83	26 751 533,12
Operações de tesouraria		596 804,48	134 503,06	731 307,54	837 491,08	2 265 107,05
<b>Total...</b>		<b>21 716 166,86</b>	<b>1 007 922,74</b>	<b>22 724 089,60</b>	<b>11 060 289,76</b>	<b>29 286 192,94</b>
Pagamentos						
	Município		ALFANDEGATUR	Simplex Agregação 2015	2014	2013
Despesas		20 855 507,06	858 492,92	21 713 999,98	9 752 893,12	26 903 518,63
Operações de tesouraria		567 018,33	128 358,84	695 377,17	909 581,22	1 813 979,44
Saldo para o exercício seguinte:		298 641,47	21 070,98	319 712,45	397 815,42	568 694,87
<b>Total...</b>		<b>21 721 166,86</b>	<b>1 007 922,74</b>	<b>22 729 089,60</b>	<b>11 060 289,76</b>	<b>29 286 192,94</b>